

O impacto das mudanças culturais na produção do capital social familiar

Dejalma Cremonese –

(UFSM)¹

Paola Stuker - (UFSM)²

Ráisa Lammel Canfield (UFSM)³

Thais Dias Gregis - (UFSM)⁴

Resumo: Tendo em vista as mudanças de valores conduzidas pela emergência e triunfo da modernidade, sua crise e a consolidação da pós-modernidade, este estudo almeja descrever como se deu a metamorfose da instituição familiar. Sendo assim, sabendo que tradicionalmente a família é fonte de confiança, respeito, reciprocidade e valorização das relações, objetivou-se aqui verificar se as mudanças e, conseqüentemente, as crises ocorridas nesses períodos impedem que essa esfera seja geradora de capital social. A fim de alcançar o objetivo proposto empregou-se, uma revisão bibliográfica sobre o tema família e capital social, bem como aspectos da modernidade e da pós-modernidade; além disso, foram analisados dados oficiais sobre a família no Brasil, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Guiando esse estudo está a hipótese de que o atual contexto em que está inserida a instituição familiar impõe-lhe barreiras para a geração de capital social. Conclui-se que tais mutações dificultam, mas não impedem a formação de capital social.

Palavras-chave: Modernidade; Pós-Modernidade; Capital Social; Família.

Abstract: In view of the changing of values conducted by the enhancement and triumph of modernity, its crisis and the consolidation of postmodernity, this study aims to describe how did the metamorphosis of various social spheres, among them, the family institution. So, knowing that the family is traditionally a reliable source, respect, reciprocity and appreciation of the relationships, the goal is to check if the changes and, consequently, the crisis that occurred in those times prevent this sphere to be a social capital generator. The research was used a literature review was conducted about the theme of family and social capital, as well as aspects of modernity and postmodernity, in addition, we analyzed official data about the family in Brazil, provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Guiding this study under the hypothesis that the current context in which it operates the family institution imposes barriers to the generation of capital, it is concluded that these mutations impair but not prevent the formation.

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFSM. Professor do Mestrado em Ciências Sociais da UFSM. Doutor em Ciência Política pela UFRGS. Coordenador do Curso de Ciências Sociais – UFSM. O autor tem publicado artigos e livros na área da Ciência Política. Os temas centram-se no debate da Teoria Política, Teoria Democrática, Comportamento Político, Cultura Política e Capital. Endereço do lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=P723366> Santa Maria – RS (Brasil). E-mail: dcremoisp@yahoo.com.br

² Graduanda em Ciências Sociais

³ Graduanda em Ciências Sociais e Licenciatura

⁴ Graduanda em Relações Internacionais

Key-Words: Modernity, Postmodernity, Social Capital, Family.

Introdução

Há um consenso nas áreas das ciências humanas e sociais de que passamos por profundas mudanças que atingem diferentes instituições e valores estruturados pela modernidade.

A modernidade historicamente emergiu na Europa nos séculos XVII e XVIII trazendo consigo avanços significativos, substituindo o mito religioso medieval pelo mito da razão instrumental. A razão desvelou e transformou o mundo. O homem passou da “idade das trevas” para a “idade das luzes”; do pensamento único para o pensamento diverso, plural e múltiplo. A razão impulsionou o pensamento científico e, este, a técnica e o progresso (Cremonese, 2008).

O certo é que as conquistas modernas também passaram por um sério questionamento, ou até um esgotamento, acarretando uma crise acentuada. A crise dá-se exatamente no momento em que os antigos valores foram perdidos, ou que julgamos ultrapassados, e ainda não construímos e consolidamos novos. É o momento da transição de um tipo de mentalidade para outra. A crise se estabelece quando o homem perde o fundamento sem ter ainda encontrado outro que o sustente. Toda a transição gera crise e leva o homem a se perguntar, assim como fez Santo Agostinho, logo após a queda do Império Romano: “*Quid sum ego*” (Quem sou eu)? Esta questão conduz o homem a um novo paradigma, um novo ser cheio de esperanças, pronto a consolidar uma nova mentalidade, uma nova civilização⁵.

Assim, nesse contexto de crise das ideologias da modernidade, surge o período chamado de pós-modernidade que, simbolicamente, segundo Charles Jencks, teve seu início marcado no dia 15 de julho de 1972, quando foi dinamitado um projeto arquitetônico de caráter modernista, por ser considerado inabitável. Assim as moradias passaram a ser projetadas sob a necessidade de seus residentes. Desse modo, a transformação ocorrida na década de 1970 no campo da arquitetura expandiu-se para as demais esferas da vida. Com isso “a perspectiva pós-moderna [passou a ver] uma pluralidade de reivindicações heterogêneas” (Giddens, 1991: 9), no momento em que esse período abre-se para a compreensão da diferença. No entanto, poderíamos afirmar

⁵ Para o debate sobre a questão dos paradigmas, conferir Kuhn (2006).

que a pós-modernidade é de fato uma nova era ou, não deixa de ser, como nos diz Heller e Fehér (2002: 23), uma era “parasítica” da modernidade, pois vive e alimenta-se de suas conquistas e de seus dilemas?

É neste sentido que, na segunda metade do século XX (meados dos anos 1960 aos anos 1990), a maior parte dos países industrializados foi marcada por uma séria deterioração das condições sociais. A família como instituição social acabou sendo afetada com casamentos e nascimentos menos frequentes, associada à queda da fertilidade, ao aumento do número de divórcios e à gravidez fora do casamento. Esta ruptura está associada à transição da era industrial para a era da informação, com a ascensão da mulher ao mercado de trabalho, a descoberta e o uso da pílula anticoncepcional, a diminuição da importância da reprodução e pela cultura do individualismo intensivo (Fukuyama, 2000).

Assim, acompanhando a dinâmica de diversas esferas sociais, a família vem passando por transformações. Inserida nesse contexto do pluralismo pós-moderno, esta instituição ganha um novo caráter, pois o período contemporâneo abre espaço para uma diversidade de tipos familiares, além do tradicional que é constituído na tríade pai-mãe-filho(s). Este modelo, que também chamamos de nuclear, até pouco tempo atrás era praticamente exclusivo em nossa sociedade. No entanto, contemporaneamente, mesmo ainda sendo predominante, representa apenas 25% das famílias no mundo.

Desse modo, este artigo buscará relatar, inicialmente, como se dá a construção da modernidade junto com seus avanços e também retrocessos, sua crise e a construção de um novo paradigma, a pós modernidade. Logo após, tratará das mudanças que permitiram a pluralidade de tipos familiares existentes, buscando identificar se estas inovações na esfera familiar restringem ou não esta instituição de ser geradora de capital social. Defendendo que a família é geradora de capital social primário, o objetivo primordial desse estudo é descrever como se deu, até então, a metamorfose da esfera familiar e como ela se encontra atualmente no Brasil, para assim verificar se a essa nova estrutura familiar estão impostas dificuldades de produzir capital social.

Para alcançar o objetivo proposto acima, foram empregados diferentes procedimentos metodológicos. Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema família e capital social, bem como sobre aspectos da modernidade e da pós-modernidade. Assim, destacam-se aqui importantes autores que alicerçaram esse estudo, como Harvey (2004),

Chevallier (2009), Fukuyama (2000), Giddens (1991 e 2004) e Bauman (2001 e 2004). Além do embasamento teórico, outra metodologia empregada nessa pesquisa foi a análise de dados oficiais apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sob os quais comprovou-se que a família vem transformando-se. Optou-se por mais esta metodologia, pois se acreditou que “as estatísticas oficiais publicadas pelos governos com respeito, por exemplo, à população, casamento e divórcio [...] parecem fornecer um meio de estudar a vida social com precisão” (Giddens, 2004: 42).

Assim, o artigo contará com quatro seções. Na primeira, pretende-se revisar brevemente a emancipação da modernidade e seus principais momentos. A segunda seção tratará da crise da modernidade e de sua passagem à pós-modernidade. Na terceira seção será apresentado o conceito de capital social ao longo de sua evolução, apontando assim, seus principais autores. Na quarta seção se discutirá aspectos ligados à instituição família. Dessa forma, esta seção será dividida em duas subseções, onde na primeira, após serem apontados os diferentes contextos da família e suas novas tipologias presentes na contemporaneidade, serão analisadas as novas formas de família no Brasil, através de dados oficiais disponibilizados pelo IBGE. Na segunda subseção será relacionado o conceito de capital social com a esfera protagonista de nosso debate, buscando comprovar a hipótese deste trabalho, de que o atual contexto em que está inserida a instituição familiar impõe-lhe barreiras para a geração de capital social.⁶

1. O triunfo da Modernidade

A modernidade foi fruto de um longo processo que se iniciou a partir no século XVI, no período das grandes navegações, mas que afirmou-se no início do século XVII, com o renascimento cultural e da Reforma Protestante, a qual foi considerada o primeiro estímulo para o individualismo.

Os filósofos da época dão início a um novo tipo de pensar (cultura) baseado na experiência de um homem que buscava a verdade na própria natureza e não somente na

⁶ Este artigo teve a colaboração na sua elaboração das alunas de Iniciação Científica do Curso de Ciências Sociais, Sociologia e Relações Internacionais da UFSM, respectivamente: Paola Stuker; Raisal Lammel Canfield e Thais Dias Gregis.

revelação divina. A experiência desvenda os segredos da natureza, desocultada a partir de si mesma. Pode-se afirmar que o homem moderno é o homem da razão experimental, pois exalta a razão natural e a natureza. Galileu Galilei, Giordano Bruno e Campanella inovam no método de explorar a natureza mediante a experimentação. Antes, a natureza era apenas contemplada a partir da revelação divina.

A verificação dos fenômenos e dos fatos é o novo caminho para se chegar ao conhecimento da realidade, pois a razão humana introduz, agora, um novo modo de compreender o universo. Dessacralizou-se o mundo, que perdeu o senso de mistério e não apela para uma causa transcendente de explicação: explica-se por si mesmo e para si mesmo. Deus, na Idade Moderna, é uma causa supérflua, pois a visão exclusivamente experimental e positiva substitui os valores espirituais (Deus), que não é objeto físico, atingível pela experiência externa. “Deus está morto; nós o matamos”, nos dirá Nietzsche, mais tarde; o Deus da ordem moral morreu. O que é válido é a razão: “penso, logo existo” de Descartes, o homem moderno é o homem da certeza matemática. Na ciência da natureza de Galileu tem-se a experimentação e a razão teórica, bem como a elaboração acerca da origem e das formas de sabedoria política, a partir das idéias do Direito Natural, do Direito Civil hobbesiano e da política laica ou profana de Maquiavel.

As transformações ocorridas na modernidade foram mais profundas do que a maioria das mudanças ocorridas nos períodos precedentes: “Essas mudanças vieram a alterar as características pessoais de nossa existência cotidiana” (Giddens, 1991: 10). Trouxeram consigo o desenvolvimento industrial em larga escala. Mais tarde, a modernidade foi consolidada pela Revolução Industrial e relacionada com o desenvolvimento do capitalismo. Um de seus principais aspectos foi a padronização em escala mundial dos calendários e o tempo contado pelo relógio mecânico.

Deste modo, a modernidade foi marcada por duas correntes: o renascimento e o iluminismo. O renascimento sinaliza a passagem da Idade Média para a Idade Moderna através das transformações influenciadas por ele, que atingiram as diferentes esferas da sociedade, como cultura, economia, religião e família. O iluminismo, que expandiu-se pela Europa no século XVIII, também levou à mudanças no momento em que defendeu novas formas de conceber o mundo, tendo como alicerce a razão, e não mais a religião. Assim “o desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das

irracionalidades do mito, da religião, da superstição, [...] bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana” (Harvey, 2004: 23).

Deste modo, ao afastar-se do que era considerada irracional a modernidade se emancipou como uma sociedade do progresso, da tecnologia e da informação, no momento em que “contrapõe-se à ordem tradicional, implicando a progressiva racionalização e diferenciação econômica e administrativa do mundo social” (Featherston, 1995: 20). Os avanços da tecnologia e da informação são extremamente visíveis e se legitimam no argumento de que esses campos tornaram-se indispensáveis para a vida humana, pois facilitam esta, tornando-a mais prática.

Para Bauman (2001), o acesso a meios mais rápidos de mobilidade na modernidade é a principal ferramenta de poder de dominação. Com relação ao homem na modernidade, ser moderno passou a significar ser incapaz de parar e de ficar parado, tendo necessidade de estar sempre à frente de si mesmo, significa também ter uma identidade que só pode existir como um projeto não realizado. Da mesma forma para Kellner (2001), a cultura tecnológica e consumista leva os indivíduos ao prazer e à liberdade, por outro, degrada e escraviza:

graças aos próprios produtos da cultura tecnológica e consumista, entre os quais computadores, videocassetes, rádios, televisão a cabo e satélite, designer drug e toda a parafernália de uma sociedade consumista *high-tech*, os *cyberpunkss* vêem a tecnologia como algo onipresente, mas que não apresenta novas possibilidades para o prazer e a liberdade do indivíduo, bem como para sua destruição e escravização (2001: 402).

Portanto, o que emancipou a modernidade são os mesmos fatores que levaram ao seu colapso: tecnologia, progresso, e a substituição da religião pela razão. Essas características, entre outras, fizeram com que ocasionasse um esfacelamento das relações humanas, pois levaram a um individualismo e a uma crise de identidades que, por sua vez, resultaram no período precedente, a pós-modernidade, manifestando-se nela, paradoxalmente, de forma mais intensa.

2. A crise e o Pós-moderno

A partir do século XX tem-se uma nova era marcada por uma ruptura e, ao mesmo tempo, uma continuidade, a qual provocou mudanças fundamentais no terreno das relações

sociais, da ciência, da filosofia, da moral, da economia e da família⁷. Ao mesmo tempo abandonaram-se crenças, tradições, valores e ideologias e, com isso, o homem foi se isolando e perdendo referências.

Charles Taylor em seu livro “A ética da autenticidade” (1994) aponta os três males do período moderno, que segundo o autor são: o individualismo; a primazia da razão; e a perda da aspiração das pessoas de participarem do governo de suas sociedades. A emancipação do indivíduo foi comemorada por defensores do período moderno, sendo exaltada por todos aqueles que valorizavam a autossuficiência e o egocentrismo, no entanto, o individualismo, caracterizado pelo autor como “perda de sentido”, torna-se um mal no momento em que desvincula o sujeito dos valores do grupo ao centrar-se em si mesmo, inviabilizando fatores tão importantes à existência de capital social, como a cooperação. O segundo mal-estar da modernidade, apontado por Taylor, é o “eclipse dos fins” em proveito de uma prevalência da razão instrumental em nossas sociedades - também chamado por Weber de “desencantamento do mundo” - no momento em que este se faz sentir através do prestígio as novas tecnologias, substituindo os valores morais das sociedades tradicionais. Taylor (1994: 40) entende a razão instrumental como “a classe de racionalidade de que nos servimos quando calculamos a aplicação mais econômica dos meios a um fim dado. A eficiência máxima, a melhor relação custo-benefício, é sua medida de êxito”.

Por fim, Taylor aponta o terceiro mal da modernidade: a “perda de liberdade” que resulta na falta de aspiração das pessoas de participarem do governo de suas sociedades. Esse mal é conduzido pelo primeiro, a partir do momento em que o individualismo transfere cada vez mais a esfera pública para a privada. Além desse fato, é importante destacar que a aguçada individualidade tem relação não só com a perda de liberdade, mas também com o segundo mal da modernidade, no qual o indivíduo pode valorizar a razão instrumental em detrimento de outros valores, pensando no seu bem próprio. Dessa forma ele acaba por se tornar insensível aos problemas gerados pela prevalência da racionalidade, no momento em que

a importância da modernização ou do crescimento econômico, se sobressai enquanto critérios que decidam sobre assuntos que dizem respeito, por exemplo, a má distribuição de renda ou nos façam insensíveis as questões de problemas ambientais como poluição, a destruição da camada de ozônio etc (Morais, 2011: 6).

⁷ Diz-se ruptura no sentido cultural, porém, não deixa de ser uma continuidade da modernidade, pelo fato do sistema que se encontra em vigor ainda é o capitalista.

Com isso, a degradação do meio ambiente é capaz de colocar em risco toda a sociedade – de forma global – afetando a todos indistintamente. Em um contexto pós-moderno a crise ambiental compreende uma preocupação muito grande de políticos e cientistas, impondo-lhes desafios a todo o momento. Esse novo processo de preocupação com o ambiente é consequência de uma mudança estrutural no processo civilizador. Este era representado pela modernidade como o domínio do homem sobre a natureza, considerada um espaço selvagem e exterior. Hoje, o quadro inverte-se: a preservação do meio ambiente provoca lutas entre os homens.

Hoje, a questão ambiental conta com muitos defensores, como a sociedade civil e organizações não-governamentais, como é o caso do Greenpeace. De acordo com Berman (1987), modernizar é manter o mundo num estado de “perpétuo vir-a-ser”. Sendo assim, essa busca incansável pela melhora, que antes se focalizava em tecnologias voltadas para a intensificação da produção, hoje abrange também a conscientização para uma sustentabilidade, a qual implica o não comprometimento das gerações seguintes.

O desenvolvimento da tecnologia, que emergiu no período moderno, chegou, na contemporaneidade, ao modelo de “tipo ideal weberiano”, no momento em que alcançou sua forma demasiada, desvinculando as pessoas ao em vez de conectá-las. Sendo assim:

essa realidade pós-moderna investe-se de um mundo altamente tecnológico e globalizado, onde as diferenças culturais diminuíram grandemente, pelo poder das várias formas de comunicação, e onde o homem vive cada vez mais alienado ou distanciado do seu mundo interno, da introspecção, daquilo que demanda tempo para elaborar (Gomes e Paiva, 2003: 4).

Outro fator preponderante dessas mudanças de paradigmas da pós-modernidade foi a desestruturação nas identidades dos sujeitos. Assim, esse caráter de mudanças rápidas e constantes, a globalização, o declínio da razão universal e do projeto iluminista, fizeram com que o desamparo se dividisse em vários níveis. Hoje não existe mais uma razão que seja universal, a ciência não é mais vista como aquela que salvará a humanidade, e Deus há muito tempo deixou de ser a “super segurança”. Deste modo, o desmoronamento dos alicerces que sustentavam a razão universal fez com que os valores tradicionais entrassem em declínio provocando a ausência

da figura simbólica do pai na cultura. Com isso, nasceu um sentimento de desproteção e de carência de laços sociais, bem como a desestruturação familiar (Kellner, 2001).

Sendo assim, a identidade na modernidade, para Kellner, também está ligada à individualidade. Enquanto que antigamente a identidade era uma função do grupo coletivo, na contemporaneidade ela passa a ser função do indivíduo particular. Para o autor a identidade está essencialmente ligada a uma questão de aparência, estilo e consumo:

nas sociedades de consumo e de predomínio da mídia, surgidas depois da Segunda Guerra Mundial, a identidade tem sido cada vez mais vinculada ao modo de ser, à produção de uma imagem, à aparência pessoal. É como se cada um tivesse de ter um jeito, um estilo e uma imagem particular para ter identidade, embora, paradoxalmente, muitos dos modelos de estilo e aparência provenham da cultura de consumo; portanto, na sociedade de consumo atual, a criação da individualidade passa por grande mediação (KELLNER, 2001: 297).

Portanto, a moda, televisão, a cultura da mídia estão constantemente desestabilizando as identidades e contribuindo para produzir outras mais instáveis. Com o fluxo de imagens (projetando modelos sociais), as cenas e os textos culturais da mídia oferecem uma enorme quantidade de sujeitos a estruturar a identidade individual (Kellner, 2001). Porém, como o fluxo é sempre constante, as identidades vão se estruturando e se reestruturando a todo o momento, e isso faz com que estas não criem raízes. Ao invés de desaparecer na sociedade pós-moderna, a identidade está simplesmente sujeita a novas determinações, pelo fato de existirem todas essas possibilidades de identidades na cultura da imagem.

A singularidade humana contemporânea está orientada para o hedonismo que se caracteriza pela busca e a devoção dos prazeres e dos sentidos egoístas. Tal sentimento modifica o modo com que os indivíduos se relacionam uns com os outros. Estes novos parâmetros fazem com que as relações se tornem relações de interesse, onde o que predomina é o que o outro tem a oferecer. Sendo assim, no momento em que o outro não tiver mais uma “utilidade” será descartado, afetando os relacionamentos amorosos, desestabilizando, assim, as estruturas familiares e sociais. Portanto, as transformações resultantes do período pós-moderno afetam esfera familiar podendo impedi-la de ser geradora de capital social.

3. Capital Social

O conceito de capital social foi inaugurado por Lyda Hanifan no início do século XX com o artigo “The rural school community center” (1916). A autora definiu-o como a unidade social que resulta das relações entre indivíduos e famílias. O conceito voltou a ser na segunda metade do século obtendo, desde então, uma rápida repercussão. Entretanto, apesar de ter passado a apresentar grande expressão entre as Ciências Sociais, há certa dificuldade de defini-lo, pois seus teóricos partem de duas perspectivas: uma micro e outra macro-social. Sendo assim, este conceito não é homogêneo e ainda vem sendo desenvolvido.

Destaca-se que, apesar de ter sido usado pela primeira vez por Hanifan, o conceito de capital social já havia sido perceptível, de forma implícita, em 1835 na obra “Democracia na América” de Tocqueville (1969). Esse autor, mesmo sem ter usado o referente termo, deixou-o presente ao falar da comunidade cívica que tornava peculiar os Estados Unidos, ao fazer uma relação entre vida associativa e democracia. Tocqueville apontou a participação dos indivíduos em associações comunitárias - que se pode traduzir pelo conceito de capital social - como influência ao funcionamento e consolidação da democracia.

Assim, após a indicação tocquevilliana de capital social e a inauguração de tal conceito por Hafinan, este esteve submergido na academia, até ser resgatado, em 1961, pela urbanista Jane Jacobs, que utilizou o termo para referir-se às redes sociais que são insubstituíveis à vida das cidades.

Procedendo ao resgate do termo por Jacobs, diversos autores passaram a fazer uso desse conceito. Seus teóricos mais reconhecidos na academia são Pierre Bourdieu, James Coleman, Robert Putnam e Francis Fukuyama. Os dois primeiros autores partem de uma perspectiva individualista na sua metodologia, através da análise de um panorama microssocial, enquanto que Putnam e Fukuyama assemelham-se pela concepção holística, que observa o capital social como uma entidade coletiva, por meio de um exame de nível macrossocial.

Pierre Bourdieu foi o primeiro a falar de capital social na literatura sociológica, sendo, por consequência, responsável pela maior expressão que o termo adquiriu a partir da década de 1980 entre os cientistas sociais. Este autor define capital social como o “agregado dos recursos atuais ou potenciais, vinculados à posse de uma rede duradoura de relações de familiaridade ou reconhecimento mais ou menos institucionalizadas” (Bourdieu *apud* Higgins, 2005: 30).

A perspectiva de Bourdieu, embora diferente, influenciou a compreensão sustentada por outros teóricos desse conceito, como Coleman, Putnam e Fukuyama. James Coleman é um dos autores que mais contribuiu para o desenvolvimento do conceito de capital social a partir do artigo, escrito em 1988, “The social capital in the creation of human capital”. Diferente de Bourdieu, que parte de um foco político, Coleman tem por base um foco utilitarista ao entender o capital social em termos funcionais, ou seja, para o autor o capital social consiste em um meio para que os atores individuais, através das relações sociais, atinjam suas metas, satisfazendo seus interesses. Assim sendo, o capital social seria “a habilidade das pessoas trabalharem juntas, em grupos e organizações, para atingir objetivos comuns” (Coleman, 1988, p. 95).

Como foi possível perceber, Bourdieu e Coleman, embora divergindo em alguns aspectos, partem de uma análise micro-social na concepção de capital social, definindo tal conceito a partir das redes de relações entre indivíduos. Essa perspectiva se diferencia da concepção de Putnam e Fukuyama, que analisam tal termo sob uma ótica macro-social. Sob essa perspectiva, na década de 1990, Robert Putnam popularizou o conceito na Ciência Política, ao defender que o capital social diz respeito “a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade facilitando as ações coordenadas” (Putnam, 2002: 177). Putnam chega a tal conclusão por intermédio de seu estudo – de mais de 20 anos – sobre a Itália, que resultou no livro “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna”, no qual conclui que as diferenças de desempenho dos governos regionais na Itália davam-se em razão de umas regiões apresentarem mais comunidade cívica do que outras, sendo assim, o autor caracteriza-se por relacionar capital social e desenvolvimento institucional.

Muito próximo da perspectiva de Putnam está a de Francis Fukuyama, que define o capital social “como um conjunto de valores ou normas informais, comuns aos membros de um grupo, que permitem a cooperação entre eles” (Fukuyama, 2000: 28). Para o autor, todas as sociedades possuem algum capital social, sendo que a variação deste elemento que diferencia cada uma delas é denominada por ele de “raio de confiança”. Nesse sentido, Fukuyama aponta as famílias como fontes importantes de capital social em todo o mundo, uma vez que para ele “é muito mais provável a existência de confiança e cooperação entre os membros de uma mesma família do que entre estranhos” (2000: 29).

Desse modo, após o apontamento das principais abordagens a cerca do conceito de capital social, será aderida a perspectiva de Fukuyama acerca da relação entre este elemento e a esfera familiar. Para isso, serão apresentadas a seguir as novas tipologias resultantes das transformações pelas quais a instituição familiar passou, e como ela se constitui hoje no Brasil, a fim de verificar, posteriormente, se a forma como se encontra a atual família brasileira impede, ou não, essa esfera de ser geradora de capital social.

4. Mutações na Família Contemporânea

Inserido no processo de transformações sociais típicas da sociedade contemporânea, a família acaba sendo atingida diretamente por estas mudanças. O crescente individualismo e o afrouxamento dos controles comunitários tiveram claramente um enorme impacto sobre a vida familiar, o comportamento sexual e a disposição das pessoas para obedecer à lei (Fukuyama, 2000). Assim, esta seção tratará da instituição familiar e suas diferentes tipologias presentes na atualidade e como isso se reflete na sociedade brasileira.

Ao analisar a família ocidental, Roudinesco (2003) destaca três importantes períodos caracterizados por diferentes formas de organização familiar, analisando o conceito de família nuclear e as transformações pelas quais passou o casamento. No primeiro período tem-se a família tradicional, pautada na preocupação com a transmissão de um patrimônio. Nessa mesma concepção, também se perpetuava o caráter sacramental do casamento, originado no século XVI. Em um segundo momento, a família passa a ser construída como fruto do amor romântico; as pessoas tinham o direito de se apaixonar, nessa época o noivado era um compromisso formal com o casamento e o estereótipo da mulher que casava era a de “moça de família”. Mais tarde, a família fundamenta-se, principalmente, no amor e no prazer. Segundo a autora, esse amor contemporâneo tem uma característica de atemporalidade, ou seja, a união dura enquanto durar o amor e o prazer. O casamento ganha outra face, a qual é a do acordo consensual entre um homem e uma mulher com duração relativa à durabilidade do amor. E, por tudo isso, a família passou por diversos momentos ao longo do tempo.

A família constituída por um casal de sexos diferentes, vivendo sob o mesmo teto com seus filhos consanguíneos ou adotados que se denomina nuclear, ainda constitui um modelo

idealizado e extremamente valorizado. No entanto, segundo Fukuyama (2000), é difícil não perceber que a família nuclear se enfraqueceu em toda parte e que as funções que lhe restaram, como a reprodução, também estão sendo desempenhadas de forma insatisfatória (redução da fecundidade). Como veremos a seguir, essas mudanças estão impactando o capital social na medida em que a família é uma fonte e uma transmissora do mesmo.

Nesse contexto, diferentes formas de família, agregadas ao tipo citado, que chamamos de nuclear, vêm a completar a totalidade: família ampliada/expandida; família unipessoal; família monoparental; família recomposta (também chamada de reconstituída, ou então, recasados); família binuclear; e família não convencional.

A família ampliada é a família nuclear expandida, no momento em que à esta são aglomerados outros parentes ou agregados. É o caso daquelas famílias onde estão inseridos familiares como avós, sobrinhos e tios, sendo juntos considerados uma família pelo fato de fazerem uso da mesma habitação. É importante ressaltar que esse tipo de família não surgiu recentemente, entretanto, este modelo ainda se faz presente em nosso meio.

A família unipessoal é caracterizada pelo domicílio onde há apenas um morador, podendo ser resultado de uma série de fatores como o aumento da expectativa de vida, maior número de separações conjugais e avanço no processo de urbanização.

A família monoparental é constituída por filhos que vivem com o pai ou a mãe, sendo assim ela pode ser, respectivamente, patrifocal ou matrifocal. Esta forma familiar é decorrente de processos como viuvez, separação judicial, divórcio, adoção unilateral e produção independente. A expressão “Famílias monoparentais” foi utilizada pela primeira vez na França, desde a metade dos anos setenta, para designar as unidades domésticas em que as pessoas vivem sem cônjuge, com um ou vários filhos com menos de 25 anos e solteiros (Vitale, 2005 *apud* Porreca, 2008: 68).

Outro tipo familiar que também é gerado por alguns dos fatores citados a cima, como viuvez, separação e divórcio, é a família recomposta. Esta ocorre no momento em que é constituída por casais em que um ou ambos os parceiros advêm de uma antiga união conjugal, bem como pelos filhos que são produtos do casamento anterior e aqueles que podem surgir dessa nova união. Desse modo, a família recomposta é definida pelo casal mais os filhos gerados em cada matrimônio.

Como já vimos, a separação e o divórcio são exemplos de causadores da mutação de uma família tradicional a uma nova forma, como a recomposta e a monoparental. Eis que adentra aqui uma nova tipologia: a família binuclear, que também pode ser gerada por esses fatores, no momento em que é constituída por pais separados, com lares diferentes, tendo filhos envolvidos nessa relação.

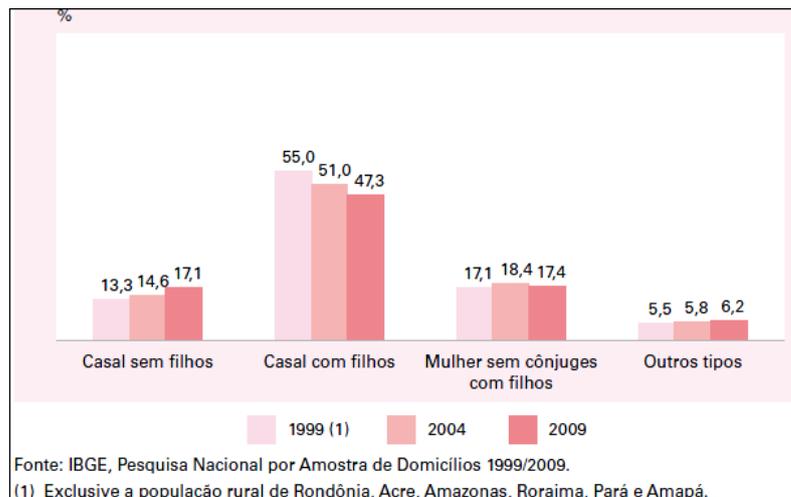
Por fim, há a família não convencional, que é formada por um casal homossexual, ou seja, duas mulheres ou dois homens com direito adquirido para o casamento e para adoção de crianças. No Brasil este modo familiar foi legitimado em 05 de maio de 2011, através da legalização, pelo Supremo Tribunal Federal, da união estável homoafetiva. O casal homossexual, além do processo adotivo, pode ainda obter filhos através de inseminação artificial, no caso de um casal de lésbicas, ou através de “barriga de aluguel” no caso de um casal de gays.

Assim sendo, ao identificarmos essas novas tipologias de famílias, reconhecemos que estamos inseridos em um contexto pós-moderno, que traz à visibilidade o “universo da diferença e da pluralidade” (Connor, 1993: 17), nomeado pelo conceito foucaultiano de “heterotopia”.

4.1. As transformações da família no Brasil

Conforme já apontado, a família vem passando por transformações em função da mudança cultural que afeta sua estrutura. Como já vimos, o atual contexto permitiu ao indivíduo fazer escolha sob suas necessidades e desejos e não mais sob o que lhe é imposto por valores culturais. Esse fato reflete no crescimento de novas tipologias familiares que, no caso do Brasil, é comprovado pela *Síntese dos Indicadores Sociais* do IBGE, que mostra, conforme o gráfico abaixo, que a família tradicional, embora ainda predominante, vem perdendo espaço para novos tipos familiares que vêm tendo crescimento, como é o caso do casal sem filhos e o da mulher sem cônjuge e com filhos.

Gráfico 1 – Distribuição percentual dos arranjos familiares com parentesco, residentes em domicílios particulares, segundo o tipo. Brasil (1999–2004/2009).



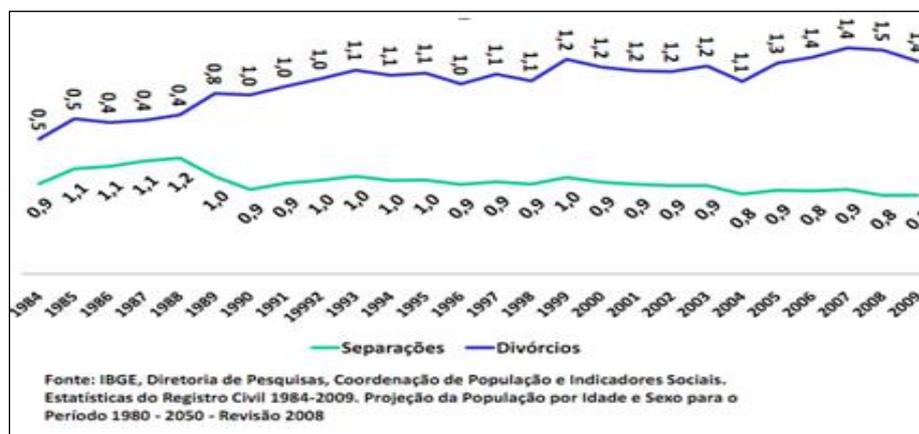
Desse modo, é perceptível que, no contexto brasileiro, a família constituída pelo casal com filhos, que chamamos de nuclear, vem diminuindo paulatina, porém significativamente, no momento em que esta representava 55% das famílias do Brasil em 1999 e, dez anos depois, atinge uma porcentagem de 47,3%, conforme dados do IBGE, que podem ser visualizados no gráfico acima.

Sendo assim, o caráter dinâmico dos valores culturais atua sobre os diversos fatores que influenciam a mudança da esfera familiar, dos quais destacam-se: o aumento das taxas de divórcios e a diminuição da fecundidade, que muitas vezes derivam da emancipação feminina, que dá-se principalmente pelo ingresso das mulheres no mercado de trabalho – o que é resultado da industrialização; a legalização da união estável homoafetiva que resulta em famílias do tipo não convencionais; o aumento da expectativa de vida que amplia as famílias, no momento em que os idosos muitas vezes passam a morar com seus filhos; o avanço da ciência médica que possibilita gerar crianças através de métodos como a inseminação artificial; entre outros condicionantes.

Um dos aspectos bastante afetado e, concomitantemente, influenciador dessas mudanças, foi a nova concepção de casamento. Hoje o casamento perdeu o ornamento da sacralidade e está em constante declínio (Roudinesco, 2003). Um dos fatores que propiciaram um maior índice de casamentos desfeitos no Brasil foi a legalização do divórcio em 1977. A religião também foi perdendo sua força e hoje ela não consegue mais “segurar” casamentos como antigamente.

De acordo com dados da Pesquisa Estatística do Registro Civil, de 1984 a 2009, observou-se, no Brasil, a tendência de redução das taxas de nupcialidade. A elevação do número de divórcios em relação ao de separações é compreendida pela maior aceitação do divórcio no Brasil e pela ampliação do acesso aos serviços de Justiça, além da possibilidade de realizar os divórcios nos tabelionatos, como vemos no gráfico abaixo:

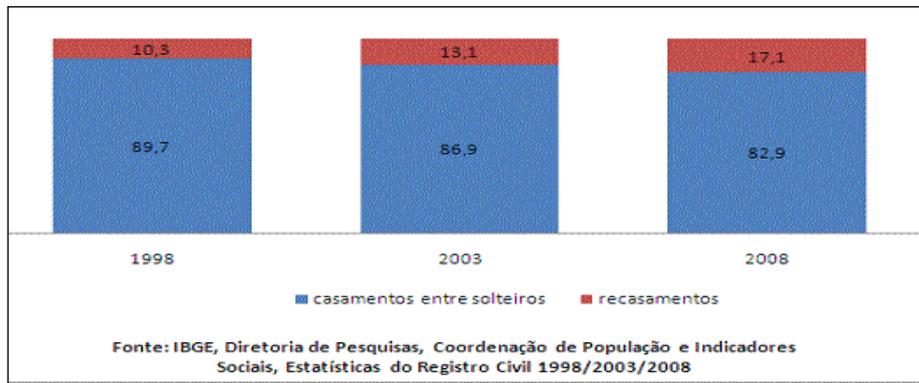
Gráfico 2 – Taxas Gerais de Separações e de Divórcios. Brasil (1984 – 2009).



Anthony Giddens, em sua obra “As consequências da modernidade” (1991) chama a atenção para o movimento cíclico que há entre o aumento das taxas de divórcio e a opção de não casar-se, pois para ele, a pessoa que planeja um casamento acaba tendo receio do mesmo ao saber que a taxa de divórcio está alta. Sendo assim “a consciência dos níveis de divórcio, [...] é normalmente muito mais que simplesmente a consciência de um fato bruto” (Giddens, 1991, p. 43).

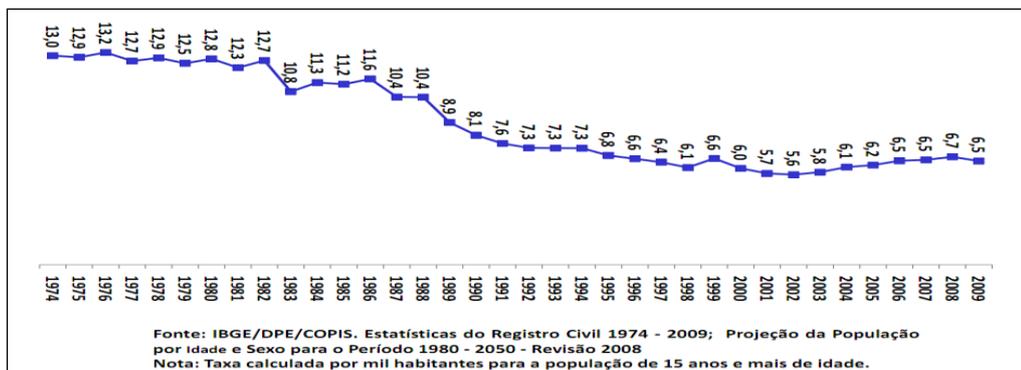
Pesquisas em todo mundo mostram que os indivíduos continuam se casando, se separando e recasando. O gráfico abaixo mostra que, apesar do predomínio do casamento entre pessoas solteiras, a união conjugal realizada entre recasados está crescendo, o que, conseqüentemente, leva a um aumento da nova tipologia familiar chamada de recomposta, pois o número de recasamentos subiu de 10,3% em 1998 para 17,1% em 2008.

Gráfico 3 – Proporção de casamentos entre solteiros e recasamentos. Brasil (1998/2003/2008)



Portanto, o que está em jogo não é o desaparecimento da família, e sim a sua profunda diversificação e mudança. Há menos de três décadas o divórcio não era tão comum, afinal, ele era desonroso para a mulher e a elevada duração do casamento fazia parte da tradição e da cultura da época. Já no Brasil do século XXI é cada vez maior o número de divórcios, e a família patriarcal foi perdendo espaço em decorrência da emancipação feminina para um novo modelo família. Assim, perceberemos que o número de casamentos já foi maior, como visualiza-se no gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Taxa de Nupcialidade Legal. Brasil (1974 – 2009).



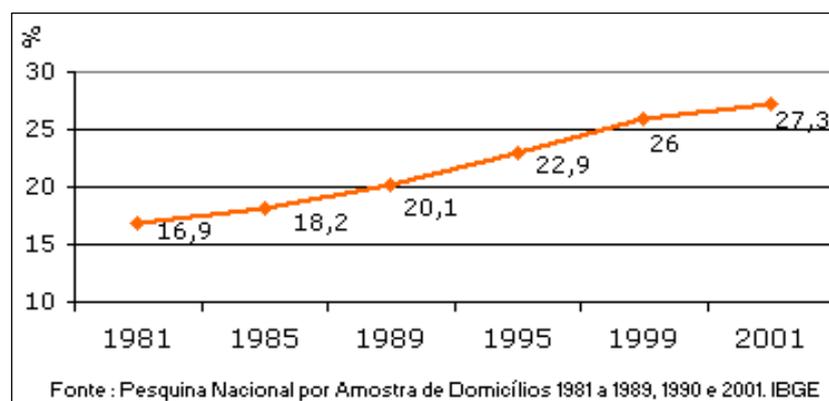
Para a compreensão dos relacionamentos estabelecidos entre homens e mulheres na contemporaneidade, Bauman (2004) fala que a intenção de estar junto e ao mesmo tempo não estabelecer relações duradouras é uma das principais razões da ambivalência característica dos relacionamentos atuais. Tal ambivalência resulta principalmente da instabilidade que impera na modernidade líquida, época de incertezas e inseguranças provenientes do risco que poderá trazer

um novo relacionamento, diante do qual previsões e mecanismos de controle não se aplicam. Bauman mostra como a interação entre homens e mulheres reflete uma ordem social pautada por riscos socialmente produzidos.

O que entendemos é que a insegurança passou, também, a afetar as relações amorosas e, como resultado, a ansiedade, a superficialidade e a brevidade dos relacionamentos surgem como mecanismos de defesa nas relações em consequência da cultura atual e pelas influências midiáticas. Assim, o amor, nesta cultura consumista, é tratado à semelhança de outras mercadorias: “o amor é uma hipoteca baseada num futuro incerto e inescrutável” (Bauman, 2004: 23). Hoje, no mundo líquido, as ideologias esfacelaram e tudo se torna mais difícil de calcular e projetar principalmente por ser um mundo inseguro.

Além do aumento na taxa de divórcios, outro fator que tem influenciado as novas tipologias familiares é a mudança no papel do gênero feminino, uma vez que os dados do IBGE apontam que entre 1981 e 2001 o número de famílias chefiadas por mulheres aumentou de 16,9% para 27,3%. Assim, ao observar o gráfico a baixo, percebe-se que desde a década de 1980 vem crescendo, de forma contínua, a proporção de mulheres como pessoa de referência da família.

Gráfico 5 – Proporção de famílias com pessoas de referência do sexo feminino. Brasil (1981 – 2001).



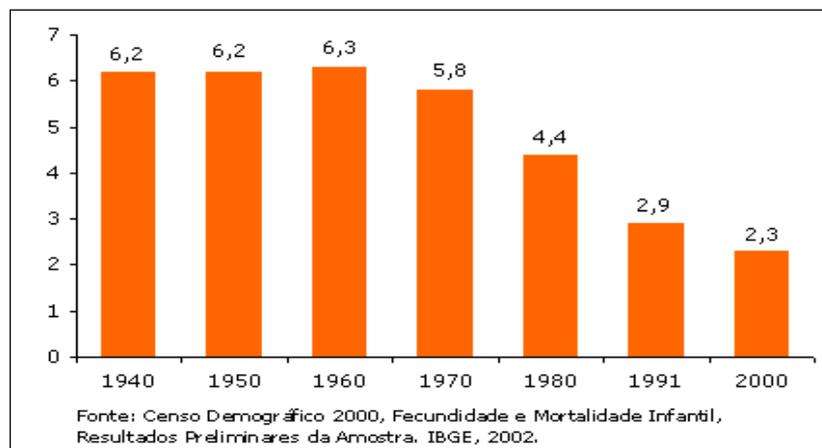
Ressalta-se que esse aumento de famílias chefiadas por mulheres vem ocorrendo até mesmo naquelas onde há a presença da figura masculina; além da evidência feminina nas famílias monoparentais, onde há uma sobreposição das famílias matrifocais sobre as patrifocais. Sendo assim, a mulher está abandonando a característica - estereotípica da família tradicional -

de submissão ao marido, ao buscar sua autonomia e ingressando, de forma maciça, no mercado de trabalho através do qual passou a ter independência dentro da esfera familiar.

No entanto, há um empecilho para o satisfatório ingresso feminino no mercado de trabalho, que é a dupla jornada - 92% das mulheres ocupadas declararam à pesquisa do IBGE que também são elas que cuidam dos afazeres domésticos. Sendo assim “é preciso não esquecer que as mulheres chefes de família costumam ser também ‘mães-de-família’: acumulam uma dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes” (Bruschini, 1994: 40).

Percebe-se assim que a falta de cooperação entre o casal, que não se organiza de forma democrática nas tarefas domésticas, resulta na acumulação de responsabilidades sobre a mulher, o que em muitos casos leva-a a optar por ter menos filhos. Esse fato é visível em números, quando se analisa a taxa de fecundidade em diferentes épocas no Brasil, onde em 1940 a média de filhos por família era de 6,2, em 2000 esse número reduz-se para 2,3 filhos, como está explícito no gráfico 6.

Gráfico 6 – Taxa de fecundidade do Brasil – 1940/2000.



Acrescenta-se que em 2009, foi constatado pelo IBGE uma média de 1,94 filhos por família brasileira, ou seja, esse número continuou decrescendo.

Logicamente o ingresso da mulher no mercado de trabalho não foi o único fator que influenciou a queda na taxa de fecundidade, porém, junto com o surgimento da pílula anticoncepcional nos anos 1960 representa um catalisador importante da constante diminuição

do número de integrantes das famílias. Além do surgimento da pílula contraceptiva e do acesso a esta através do serviço público, há outros métodos que o governo disponibiliza à população, principalmente à de baixa renda, que influenciam no controle do número de filhos por parte das mulheres.

Portanto, muitos foram os fatores que contribuíram para a mutação da família na contemporaneidade. Entre as principais, não se pode deixar de citar a legalização do divórcio no país no final da década de 1970 e a redução do prazo entre a separação e a dissolução definitiva, que agora é de apenas dois anos. Alia-se a isto o advento da pílula anticoncepcional, a influência da mídia, a revolução sexual feminina, a entrada cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, o aumento da expectativa de vida. Também podemos citar a dificuldade que os casais têm de conviver com a rotina do dia-a-dia, o que também é um fator da contemporaneidade. No mundo atual, as mudanças ocorridas na família relacionam-se com a fragilização ou pela perda do sentido de tradição. Em função de toda esta demanda, foram surgindo novos arranjos familiares e com todo esse aparato de diversidade, o amor, o afeto, enfim, os sentimentos passam a ser também um desafio, tendo em vista que aprender a respeitar e a entender as diferenças e aprender a educar os filhos é algo que exige cada vez mais esforços de todos os membros da família. Por tudo isso, os novos arranjos familiares trazem consigo novos processos de adaptação.

Sendo assim, questiona-se: apesar dessa dinâmica característica de transformações, que levou o conceito de família do plano singular ao plural, é possível encontrar nas novas formas familiares atributos como confiança, solidariedade e cooperação, que podemos traduzir pelo conceito de “capital social”?

4.2. A família como geradora de Capital Social

Nesta subseção, será abordada a relação entre o capital social e a família. Como vimos, esta instituição vem passando por diferentes transformações nas últimas décadas. O que se pretende evidenciar é que essas mutações afetam a geração de capital social por parte da família. No entanto, elas não são determinantes, pois é possível encontrar este elemento nas novas tipologias familiares.

Com relação a essas mudanças na esfera familiar, Fukuyama (2000) argumenta que as famílias nucleares tendem a desaparecer com a invenção da agricultura, reapareceram com a industrialização e começam a diminuir novamente com a transição da era pós-industrial. Logo, essa desintegração da familiar nuclear provoca uma consequência negativa sobre a sociedade através de uma externalidade, ou seja, fatores externos a esta. Sendo assim, o capital social, como o próprio autor explicita, é um produtor e, ao mesmo tempo, um produto dessas externalidades, uma vez que ele não é considerado um bem público. Para o autor, nas sociedades pós-modernas o que se modificou não foi o estoque de capital social pertencente à sociedade, mas sua distribuição e seu caráter, no momento em que afirma: “embora o capital social muitas vezes possa parecer estar constantemente em processo de esgotamento, seu estoque também cresceu em determinados períodos históricos” (Fukuyama, 2000: 271).

Uma das principais fontes de capital social nas sociedades contemporâneas é o sistema educacional. Desta forma, “a confiança está altamente associada ao nível de educação” (Fukuyama, 2000, p. 266), confiança, essa, vista como característica primordial para a formação de capital social. Todavia, “estamos destinados a deslizar para níveis sempre crescentes de desordem social e moral” (Fukuyama, 2000: 271). Nesse quadro, as novas formas familiares podem representar uma constante desestruturação e reestruturação advindas da modernidade e do sistema capitalista, como aponta Fukuyama:

Portanto, o problema que as sociedades capitalistas modernas representam para os relacionamentos morais não está na natureza da troca econômica em si. Ele está na tecnologia e nas mudanças tecnológicas. O capitalismo é tão dinâmico, uma força tão grande de destruição criativa, que está constantemente alterando os termos de troca que ocorrem nas comunidades humanas. Isto vale tanto para trocas econômicas quanto para as trocas morais, e foi a origem da grande ruptura (Fukuyama, 2000: 270).

Dessa forma, nas sociedades contemporâneas, as opções para os indivíduos aumentam muito, fazendo com que as redes de obrigações sociais fiquem muito mais frouxas do que antigamente, estas se manifestado também, dentro do contexto familiar (Fukuyama, 2000: 58).

Logo, o capital social possui benefícios que vão muito além da esfera econômica. Ele é essencial para a criação de uma sociedade civil saudável e também para os grupos familiares, onde ao mesmo podem ser consideradas fontes importantes de capital social por constituir-se da existência de confiança e cooperação entre os membros de uma mesma família (Fukuyama,

2000). As unidades familiares produzem capital social de forma desigual, produzindo de forma mais ou menos intensa e

a família nuclear se enfraqueceu em toda parte e as funções que lhe restaram, como a reprodução, também estão sendo desempenhadas de forma pior. Isto possivelmente terá um impacto importante sobre o capital social na medida em que a família é uma fonte e uma transmissora de capital social (Fukuyama, 2000: 57).

Fukuyama afirma que as mudanças mais drásticas nas normas sociais que constituem a Grande Ruptura dizem respeito àquelas ligadas à reprodução, à família e às relações entre os sexos, onde essas mudanças têm causado um impacto importante sobre a sociedade civil, onde a família se constitui como a unidade social de cooperação mais básica no momento em que as mães e pais precisam trabalhar em conjunto para criar e educar os filhos, onde “A propensão dos membros da família para cooperar facilita não apenas a educação dos filhos, mas também outros tipos de atividades sociais, como dirigir negócios” (Fukuyama, 2000: 47). Ou seja, as famílias, usam sua renda para investir em seus filhos, trabalhando de uma forma cooperativa dentro de casa. Juntos, os pais podem proporcionar um melhor controle e um melhor investimento em relação ao filho.

Na mesma linha de pensamento dos autores anteriores, Donati interrelaciona capital social e família. Desse modo,

Donati exemplifica o conceito de Capital Social dizendo que a Família é capital social na medida em que as pessoas que a compõem agem valorizando as suas relações familiares, isto que faz a Família ser Família internamente e na sociedade. Essa relação acontece de dois modos: valorizando as relações entre os membros da Família e valorizando as relações com o externo, que possam acrescentar no processo de valorização da Família (Porreca, 2005: 83).

Portanto, a família pode ser geradora de capital social, porque “dentro dela nascem os bens fundamentais de confiança, amor, proteção que o ser humano desenvolve e serve a sociedade” (Porreca, 2005: 86). Sendo assim, reafirma-se o que já foi discorrido: se houver cooperação e valorização nas relações familiares, esta esfera da sociedade será geradora desse atributo defendido por autores como Donati, Fukuyama e Putnam. No entanto, enfatiza-se que certos condicionamentos como a industrialização, a urbanização e um intenso individualismo - característicos do atual momento - acabam por gerar dificuldades para a criação de capital social

dentro da esfera familiar, uma vez que estas características tornam esta uma instituição mais estratificada.

Considerações finais

Como foi exposto nos argumentos anteriores, o advento da modernidade trouxe consigo uma reformulação das características da cultura tradicional, na sociedade e na vida dos indivíduos. Essas transformações afetaram diretamente os alicerces das estruturas de valores da época, causando uma crise de paradigmas que resultou no período pós-moderno, onde se acentuaram essas características que, por sua vez, se apresentaram de forma mais intensa em várias esferas da sociedade, entre elas, nas relações sociais e nas familiares.

Assim, no contexto pós-moderno, a industrialização; a urbanização; a emancipação feminina; a globalização; a mudança de valores culturais, que diminui a taxa de fecundidade e aumenta a de divórcios; avanço da ciência médica; a influência da mídia; e o aumento da expectativa de vida são algumas das características modificadas pelos novos paradigmas. Fatores esses, que resultam em influências sobre a família e, conseqüentemente, na produção de capital social por meio desta. No Brasil, essas mudanças foram comprovadas através de pesquisas do IBGE, onde se constatou que, embora a família nuclear ainda seja predominante, o seu percentual vem diminuindo e, com isso as novas tipologias familiares vêm aumentando como é o caso da monoparental, da unipessoal e dos casais sem filhos.

Desse modo, fazendo um retrospecto da instituição familiar no período moderno e apontando-a no contemporâneo, caracterizou-se nesse texto as mudanças que se deram nessa esfera, que passou de singular a um plano plural e heterogêneo. Somando-se a isso, objetivou-se com este estudo buscar a relação entre a família e a criação de capital social, bem como verificar se as mutações provindas da modernidade trariam empecilhos para tal formação.

Dessa forma alcançou-se o alvo proposto por este estudo: a caracterização dessas transformações apenas como uma barreira a ser transpassada para a criação de capital social, pois, como defende Fukuyama (2000), essas mutações (como o aumento de lares chefiados por mulheres solteiras, do índice de nascimento fora do casamento e do crescimento de divórcios) são fatores negativos à formação do capital social.

Portanto, conclui-se, com isto, que por mais que as tipologias tenham se diversificado, a nova família não está imune a características típicas da família tradicional como amor, afeto e respeito. O modelo tradicional não precisa ser o modelo ideal. Sendo assim indica-se: para que os resultados de toda essa transformação não sejam negativos à esfera familiar, é necessário que haja nesta uma característica imprescindível, resultado de cooperação, confiança, valorização e reciprocidade, que chamamos de capital social familiar.

Referências

BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Feminino: Trajetória de um tema, Perspectivas para o Futuro. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 17 - 32. 1994.

COLEMAN, James S. *Social Capital in the creation of human capital*. *American Journal of Sociology*, Chicago, v.94, n.3, p. 95- 120, 1988.

CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna: Introdução às Teorias do Contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1993.

CREMONESE, Dejalma. *Teoria Política*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2008. (Cadernos EaD).

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DONATI, P. La famiglia come capitale sociale primário. In: SOBRENOME, Nome. *Famiglia e capitale sociale nella società italiana*. Cinisello Balsamo: Edizioni San Paolo, 2003. Intervalo de páginas

FEATHERSTON, Mike. *Moderno e pós-moderno: definições e interpretações*. São Paulo: Estúdio Nobel, 1995.

FUKUYAMA, Francis. *A Grande Ruptura: A natureza humana e a reconstituição da ordem social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, Isabel Cristina; PAIVA, Maria Lucia de S. C. *Casamento e família no século XXI: possibilidade de holding? Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, p. 3-9, Junho 2003.

- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HIGGINS, Silvio. S. *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos, 2005.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do registro Civil 2009*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 set. 2011.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia - estudos culturais: identidade política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- MORAIS, Alexander A. *A concepção de Charles Taylor de uma ética da autenticidade unida a uma política do reconhecimento*. Revista Filosofia Capital, Brasília, v. 6, ed. 13, pg. 3 à 12, julho de 2011.
- PIMENTEL, César P. *Crise Ambiental e Modernidade: Da oposição entre a natureza e sociedade à multiplicação dos híbridos*. 2003. f. 98. Tese (Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, [2003].
- PORRECA, Wladimir. *Família: Sujeito Social geradora de Capital Social Familiar*. 2008. f. 189. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, [2008].
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *A Família em Desordem*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.
- SALLES, Rolfsen; TENO, Nieble. *Casamento e Família no Brasil: breve panorama*. In: Contribuciones a las Ciencias Sociales. Fev. 2011. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccs/11/>>. Acesso em: 02 set. 2011.
- TAYLOR, Charles. *La Ética de La Auticidad*. Barcelona: Paidós, 1994.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.